



Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Algarve  
Praça da Liberdade, n.º 2  
8000-164 Faro

**V. REF.**  
E-mail (PCGT)

**V. DATA**  
14-11-2024

**N. REF.**  
**OF/7872/CREPC02/2024**

**N. DATA**  
**28-11-2024**

---

<b>ASSUNTO</b>	PCGT - 1068 - Plano de Pormenor do Alfamar e Envolvente - Elaboração - Convocatória para conferência procedimental
----------------	---

---

No seguimento do v/ e-mail datado de 11 de novembro de 2024, remetido via Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), com convocatória para a conferência procedimental nos termos do previsto no artigo 86.º do RJIGT, destinada à emissão do parecer final sobre a Plano de Pormenor do Alfamar e Envolvente, esta Autoridade emite pronúncia favorável à proposta de Plano.

No âmbito da proposta de alteração da Reserva Ecológica Nacional (REN) informa-se que, por forma a melhor acautelar a segurança de pessoas e bens, a pronúncia desta Autoridade acompanha a pronúncia da CCDR e da APA/ARH, entidades com competência própria em razão da matéria e que, para as situações de não integração na tipologia de REN ou exclusão de REN, deverão ser as respetivas medidas de mitigação de riscos para pessoas e bens, se aplicável, considerando as necessárias medidas de adaptação aos previsíveis impactes das alterações climáticas, integradas no regulamento do PPAE, assegurando o direito dos cidadãos à informação sobre os riscos a que estão sujeitos, e sobre as medidas adotadas e a adotar com vista a prevenir ou a minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe.

Recomenda-se que todas as operações urbanísticas sejam precedidas de parecer dos serviços municipais competentes, tendo em vista apoiar ou delimitar a melhor solução urbanística possível, para minimizar a vulnerabilidade territorial e o risco associado, considerando as alterações climáticas; a população integrada nas áreas sujeitas aos riscos identificados deve ser informada, através dos serviços municipais competentes, com campanhas de sensibilização, prevenção e informação sobre os mesmos e medidas de autoproteção e/ou salvamento.

Recorda-se que a Câmara Municipal de Albufeira, através do Serviço Municipal de Proteção Civil, e ao abrigo do disposto na Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 44/2019, de 01 de abril, deverá acompanhar a fase de monitorização do Plano.

Com os melhores cumprimentos,

O Comandante Regional

Vítor Norberto de Moraes Vaz Pinto